

Volta da conversão anima os bancos

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Os banqueiros credores reagiram positivamente às declarações da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de que estuda a volta das conversões de dívida por investimento em setores específicos, e sua inclusão também no programa de privatização do governo Collor.

"A inclusão das conversões no programa de privatização é muito importante", disse ontem a este jornal o diretor do First Boston para a América Latina, Thomas Keesee. "Permitirá ao governo maximizar o valor do que receberá pelas empresas e valoriza as empresas, que vão precisar desse capital externo no processo de venda e nos investimentos que terão de fazer posteriormente. As conversões serão uma fonte significativa de recursos para viabilizar o programa", acrescentou.

O chefe de transações com empréstimos soberanos no banco espanhol Santander, Angel Santamarina, concorda. "Isso era esperado, realmente, porque de outro modo, de onde viria o dinheiro para se comprar as empresas estatais? A declaração da ministra faz todo sentido", afirmou.

"São boas notícias para os bancos credores, sem dúvida", disse o chefe de transações com empréstimos soberanos no banco de investimentos Shearson Lehman Hutton, Kenneth Hoffman. "Os títulos do Brasil serão valorizados

com isso. Mas creio que os bancos comerciais, nessa próxima renegociação com o Brasil, vão colocar como condição inicial que o País faça algum pagamento dos juros atrasados", observou.

O operador de títulos brasileiros no banco de investimentos Salomon Brothers, Paul Masco, tem opinião semelhante: "Como aconteceu quando o programa de conversão

era permitido no Brasil em 1988, o efeito sobre o mercado secundário tende a ser positivo", explicou.

DESCENTRALIZAÇÃO

Mas as opiniões não são tão favoráveis quando se coloca a sugestão do novo negociador da dívida brasileira, embaixador Jorio Dauster, de se incluir nas conversões do programa de privatização a idéia de descentralização das negociações credores-devedo-

res, proposta no ano passado pelo economista Carlos Eduardo de Freitas (ver matéria no quadro).

"Isso parece negativo", reage Paul Masco. "As resoluções 4.131 têm alguma liquidez hoje, a despeito de as empresas estatais não estarem pagando suas dívidas em geral, pelo fato de que há uma garantia do Tesouro brasileiro por trás. Sem essa garantia, que valor teriam esses papéis?"

Embutido na proposta de descentralização de Freitas está a suspensão da garantia do Tesouro sobre esses empréstimos a empresas estatais. "E o que vamos ganhar com isso, em troca de perder o aval?", indaga o espanhol Angel Santamarina. "É preciso ver o que o governo oferece em troca da retirada do aval, porque suponho que os credores precisarão estar de acordo. Como há um

contrato, não é algo que se possa fazer unilateralmente, não é mesmo?"

Mas Thomas Keesee e Kenneth Hoffman entendem que pode ser uma medida positiva. "Permitir a negociação direta entre os bancos e as empresas me parece positivo também", opina Hoffman. Ambos falam com sua experiência em bancos de investimento, que não são credores diretos dessas empresas.